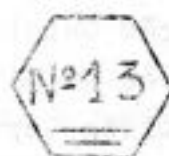


# COMUNICADO À ACADEMIA



Coimbra  
15/2/71

Cerca das 14,30 horas do dia 12, elementos da PSP procuraram nas instalações académicas, a Direcção Geral da AAC a quem comunicaram a intenção de assistir a uma reunião Inter-Juntas, marcada para as 15 horas, onde seriam uma missão fiscalizadora da Ordem do Dia (análise da situação criada pela detenção do colega António Cunha), no desempenho de "ordens superiores".

A Direcção Geral, vivamente impressionada com mais esta prepotência das autoridades, inédita na história da Academia, decidiu contactar imediatamente com o Magnífico Reitor, a fim de este esclarecer a situação. No entanto dado que nessa manhã, por volta das onze e trinta, a PIDE-DGS tinha detido na sua residência, o colega Luis Ramos, a Direcção Geral decidiu adiar a reunião para as 17,30, tendo em vista a recolha de mais elementos sobre a prisão do referido colega.

O Magnífico Reitor manifestou o seu desconhecimento quanto a dois factos: a prisão do Luis Ramos e a transferência do colega António Cunha para a PIDE de Lisboa. Quanto à intimação policial o Magnífico Reitor já dela havia tido conhecimento através de contactos telefónicos com o Governador Civil. A presença de autoridades académicas ou autoridades policiais era considerada imprescindível para a efectivação da reunião, no entender do Governador Civil; no entender do Magnífico Reitor, nenhuma autoridade académica se prestaria a tal papel. Face a isto o Magnífico Reitor diligenciou no sentido de MEN resolver a situação com o seu colega do Interior, prometendo, depois, informar a Direcção Geral sobre o resultado das negociações.

A Direcção Geral fez ver ao Magnífico Reitor o anacronismo da situação, salientou que os estudantes nunca aceitariam a presença de polícia nas suas reuniões e frizou a necessidade do MR tomar uma posição enérgica, decidida, sem ambiguidade, ao mesmo tempo que apontou a urgência na libertação dos colegas presos, que, como membros do Sindicato, que é a AAC, esta tinha a estrita obrigação de defender.

A reunião realizou-se no Ginásio da AAC à hora aprazada. Só mais tarde é que a Direcção Geral foi informada de que a alternativa se mantinha: ou a presença das autoridades académicas ou a presença das autoridades policiais.

Pouco depois a Associação foi invadida e saqueada por dezenas de policiais armados; os estudantes que lá se encontravam foram identificados e compelidos a sair, ao mesmo tempo que a Cidade Universitária era envolvida por denso cordão policial. Entretanto a PIDE-DGS prendia os colegas da Direcção Geral Carlos Paião, Pena dos Reis e Romeu Cunha Reis e ainda os estudantes de Direito Márinho (1º ano) e Rodrigues Santiago (Presidente da Assembleia Geral).

Os estudantes membros da Direcção Geral tentaram entrar em imediato contacto com o Magnífico Reitor - este declarou continuar à espera de obter mais elementos do MEN e confessou a sua impotência para resolver a situação, não obstante o perfeito conhecimento, em toda a sua extensão, da gravidade dos acontecimentos. Mais tarde o Magnífico Reitor confirmou a prisão pela DGS dos colegas atrás referidos.

É de salientar a dedicação e elevado grau de solidariedade dos estudantes que, no sábado de manhã, dia 13, espontaneamente numa ou noutra Faculdade não permitiram que as aulas continuassem como se nada tivesse acontecido.

Nesse mesmo dia às 12 horas realizou-se uma Reunião Geral de Alunos que aprovou por unanimidade a seguinte proposta:

"Que sejam entregues ao Magnífico Reitor as seguintes exigências no sentido de serem apresentadas ao MEN:

- a) Abertura imediata da AAC com devolução de todo o material de lá retirado.
- b) Imediata libertação dos colegas presos.
- c) Liberdade de discussão e reunião.
- d) Que o Magnífico Reitor como médico contacte pessoalmente com os presos no sentido de garantir um verdadeiro controle médico.

Adenda - Os estudantes repudiam a lei de excepção para as Universidades, notas do Governo Civil, violação do direito de reunião e presença da polícia".

Esta proposta foi veiculada junto do Magnífico Reitor pela Direcção Geral e por representantes das Juntas. Os estudantes exigiram, depois, a presença do Magnífico Reitor a fim de este tomar uma posição quanto aos diversos pontos concretos que a proposta referia.

Relativamente à abertura imediata da AAC e como se tivessem gerado dúvidas sobre essa abertura, foi aprovada uma proposta, no sentido do Magnífico Reitor se deslocar à AAC por volta das 15,30 horas. Posteriormente o Magnífico Reitor mandou informar a Direcção Geral que não respeitaria esse compromisso, como forma de protesto contra inscrições aparecidas nas paredes da Reitoria. Tais atitudes são individuais, não partiram de qualquer estrutura associativa, não podendo imputar-se responsabilidades ao movimento associativo.

~~Foi sugerida também ao Magnífico Reitor a sua presença na Assembleia Magna de segunda-feira; quanto a isto o Magnífico Reitor declarou nada ver em contrário, embora, até segunda-feira, "muita coisa pudesse acontecer" (sic).~~

Neste momento nenhum estudante pode ter dúvidas sobre o conteúdo da proposta do Projecto de Reforma do MEN. Deve, aliás, esclarecer-se que tal proposta nunca foi proposta. Uma proposta é para ser debatida e não para impor pela violência. O Governo impõe-na prendendo, saqueando, espancando.

Os factos são demasiado claros para que os órgãos do Governo os relatem ao País, mas, são também bastante onerosos para que sobre eles se coloque uma pedra.

Adoptou o Governo Civil de Coimbra a velha política de deturpação com omissão dos factos. Inventou uma ligação da AAC a organizações políticas.

Todos os estudantes, que leram a tarjeta a convocar uma reunião para o edifício das Matemáticas, sabem que não foi a AAC, nem nenhuma estrutura do movimento associativo que a convocou. Tal reunião foi convocada pelo MDE ( Movimento Democrático Estudantil ), organização alheia à AAC.

E omite-se nessa nota que há estudantes presos, que um colega foi espancado e que a AAC foi saqueada.

Deve esclarecer-se que a reunião de Inter-Juntas foi convocada para analisar a situação do colega António Cunha, porque a AAC é um órgão de defesa colectiva dos estudantes, que defende e protege todos os estudantes independentemente dos seus credos políticos ou religiosos. O colega tinha sido preso sem mandado de captura e sem culpa formada porque se encontrava a distribuir uma tarjeta do M.D.E.

O Governo deturpa porque tem medo da verdade. Os estudantes não têm acesso à imprensa para contribuírem para uma informação ao País bilateral da vida universitária. Sabem os estudantes que o Magnífico Reitor conhece todos os acontecimentos e pode torná-los públicos; e não deve, como autoridade académica, e da maneira como aceitou o seu cargo há quase um ano (19-2-70) ao pedir um voto de confiança aos estudantes, deixar de tomar uma posição clara e inequívoca sobre a situação actual.

Os estudantes devem exigir aos professores que se pronunciem sobre os últimos factos. Devem mostrar-lhes que a Universidade já não é o normal local de ensino, que a Universidade na sua grande razão de ser, foi violada, saqueada através da AAC.

Quem instaurará processos criminais à PSP e à PIDE pelos acontecimentos cometidos na AAC? Os processos são apenas para os estudantes mesmo que se forjem arrombamentos na Faculdade de Direito? As autoridades policiais violam, saqueiam e espancam mas o objecto de processos criminais são os estudantes.

Os estudantes puderam verificar com os seus próprios olhos o estado em que ficou a AAC, depois da permanência da PSP e PIDE nas instalações académicas.

Perante todas estas prepotências cometidas ao abrigo da "lei de excepção" do "liberal" Veiga Simão, quando oito colegas nossos estão presos a palavra de ordem é SOLIDARIEDADE ACTIVA, é a unidade na luta pela libertação imediata dos nossos colegas. Essa solidariedade traduz-se na presença em massa nas assembleias de Faculdade e Assembleia Magna a realizar-se às doze horas nos gerais.

Os estudantes devem reforçar, mais do que nunca, os organismos estudantis devem impôr o seu exercício ao direito de reunião e expressão.

É precisamente no momento em que se acena aos estudantes com diálogos, participações, reformas, etc, que se processa uma das maiores violências repressivas, dirigida aos estudantes. Só a nossa unidade poderá libertar os nossos colegas, só a nossa solidariedade activa poderá demonstrar ao MEN e PIDE que ao prender oito colegas nossos, não cala a voz livre da Academia de Coimbra.

A Direcção Geral da A.A.C.

UNIDOS PELA LIBERTAÇÃO IMEDIATA DOS NOSSOS COLEGAS !  
UNIDOS PELA MANUTENÇÃO DOS NOSSOS MAIS ELEMENTARES DIREITOS :

DIREITO DE ASSOCIAÇÃO

DIREITO DE REUNIÃO

DIREITO DE EXPRESSÃO

TODOS À ASSEMBLEIA MAGNA ÀS DOZE HORAS NOS GERAIS